

MEIOS DE COMUNICAÇÃO E IDENTIDADE FEMININA NOS ESPAÇOS DA POLÍTICA ELEITORAL

Alessandra Soares Muniz Gomes*

Resumo

O artigo tem por objetivo fazer uma descrição introdutória e uma reflexão sobre como os meios de comunicação típicos da indústria cultural produzem e reproduzem uma identidade feminina nos espaços de poder, no mundo da política, espaço histórico e culturalmente masculino, influenciando ou não na sub-representação político-eleitoral das mulheres.

Palavras-chave: Meios de Comunicação. Crise de Identidade. Mulheres. Política-Eleitoral. Sub-Representação.

Abstract

This article has the purpose of giving an introductory description and a reflection about how the typical “means of communication” produce and reproduce a female identity in the environments of power in the world of politics, a historically and culturally male space, inducing or not to the reality of political and electoral under-representation of the women.

Keywords: Means of Communication. Crisis of Identity. Women. Electoral Politics. Under-Representation.

A crise de identidade na modernidade tardia

Em sua obra, “A Identidade Cultural na Pós-Modernidade”, Stuart Hall¹ discute algumas questões sobre a identidade cultural na modernidade tardia ou segunda metade do século XX. O autor é simpático à ideia de que as identidades modernas estão sendo “descentradas”, ou seja, deslocadas ou fragmentadas.² As identidades tradicionais, por muito tempo responsáveis por estabilizar o mundo social, estão em declínio, “fazendo surgir novas identidades e fragmentando o indivíduo moderno, até aqui visto como um sujeito unificado”.³ Assim, a chamada “crise de identidade” nada mais é do que um amplo processo de mudança, responsável pelo deslocamento de estruturas e processos centrais das

* Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Juiz de Fora na linha de pesquisa “Comunicação e Identidades”. E-mail: alessandrajornalista@bol.com.br.
Texto recebido em 15/02/2012. Texto aprovado em 20/03/2012.

¹ HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Trad. Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro – 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

² *Ibid.*, p. 8.

³ *Ibid.*, p. 7.

sociedades modernas, abalando quadros de referência que sempre deram ao indivíduo uma ancoragem estável no mundo social.⁴

Para aqueles/as teóricos/as que acreditam que as identidades modernas estão entrando em colapso, o argumento se desenvolve da seguinte forma. Um tipo diferente de mudança estrutural está transformando as sociedades modernas no final do século XX. Isso está fragmentando as paisagens culturais de classe, gênero, sexualidade, etnia, raça e nacionalidade, que, no passado, nos tinham fornecido sólidas localizações como indivíduos sociais. Estas transformações estão também mudando nossas identidades pessoais, abalando a ideia que temos de nós próprios como sujeitos integrados. Esta perda de um “sentido de si” estável é chamada, algumas vezes, de deslocamento ou descentração do sujeito. Esse duplo deslocamento – descentração dos indivíduos tanto de seu lugar no mundo social e cultural quanto de si mesmos – constitui uma “crise de identidade” para o indivíduo.⁵

Três diferentes concepções de identidade são expostas por Hall: o sujeito do Iluminismo, o sujeito sociológico e o sujeito pós-moderno.

O sujeito do Iluminismo⁶ consistia em uma concepção muito individualista do sujeito e de sua identidade, ressaltando que o sujeito do Iluminismo era usualmente descrito como masculino.

Um indivíduo totalmente centrado, unificado, dotado das capacidades de razão, de consciência e de ação, cujo ‘centro’ consistia num núcleo interior, que emergia pela primeira vez quando o sujeito nascia e com ele se desenvolvia, ainda que permanecendo essencialmente o mesmo – contínuo ou ‘idêntico’ a ele – ao longo da existência do indivíduo.⁷

O sujeito sociológico seria fruto de mudanças advindas da complexidade do mundo moderno, consolidado no século XIX a partir da segunda “Revolução Industrial”, da eletricidade, do aço e do petróleo. O núcleo interior do sujeito não era auto-suficiente, mas formado na relação com outras pessoas, mediadoras entre o sujeito, valores, sentidos e símbolos, a cultura, do mundo.

Já o sujeito pós-moderno nasce da fragmentação do sujeito que tinha uma identidade unificada e estável. A partir do avanço das tecnologias, da globalização,

⁴ Ibid.

⁵ Ibid., p. 9.

⁶ Corrente filosófica que se desenvolveu na Europa no século XVIII. Considerava a razão e o conhecimento como os meios pelos quais os indivíduos transformariam a realidade. A filosofia das luzes possibilitaria transformar o mundo em direção ao progresso, à felicidade, à liberdade e à igualdade (ALMEIDA, Antónia Domingues de et al. *Dicionário breve de história*. Lisboa: Presença, 1996, p. 107).

⁷ Ibid., p. 11.

mudanças constantes e rápidas levam à relativização das noções de tempo e de espaço⁸, não havendo mais uma identidade fixa, essencial ou permanente, mas várias identidades, que podem ser, inclusive, móveis e contraditórias.⁹ Segundo Hall,¹⁰ tal identidade é formada e sempre transformada de acordo com as formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais ao nosso redor, é definida não biologicamente, mas historicamente.

Stuart Hall¹¹ descreve cinco grandes avanços na teoria social e nas ciências humanas ocorridos na segunda metade do século XX que impactaram no descentramento final do sujeito cartesiano – “racional, pensante e consciente, situado no centro do conhecimento”.

A primeira descentração refere-se ao pensamento marxista. A obra de Karl Marx, escrita no século XIX, redescoberta e reinterpretada na década de 1930 na Escola dos *Annales*¹² e, em 1960, na América Latina, mostrou que seria impossível fazer história de forma individual. As pessoas são agentes da história apenas agindo com base em condições históricas criadas anteriormente, utilizando-se de recursos materiais e de cultura já existentes.¹³

Outra descentração importante foi o desenvolvimento do inconsciente por Sigmund Freud. Segundo sua teoria, a identidade, a sexualidade e a estrutura de nossos desejos são formadas através de processos psíquicos e simbólicos do inconsciente, uma lógica bem diferente da Razão. Isso rompe com o conceito do sujeito cognoscente e racional com uma identidade fixa e unificada.¹⁴

Um terceiro descentramento está associado com o trabalho do linguista estrutural Ferdinand de Saussure, que desenvolveu seus estudos sobre a teoria da linguagem e dos sistemas de “signos” na década de 1960 na França.¹⁵ Para Saussure, nós não somos autores

⁸ Ibid., p. 14-15.

⁹ Ibid., p. 12.

¹⁰ Ibid., p.13.

¹¹ Ibid., p. 27.

¹² Designação aplicada a uma revista fundada em 1929 e a uma rede de colaboradores e simpatizantes que se formou a partir de 1929 e dos estudos dos historiadores Marc Bloch e Lucien Febvre para promover a história econômica e social e favorecer os contatos interdisciplinares no seio das ciências sociais (BURGUIÈRE, A. *Dicionário das ciências históricas*. Rio de Janeiro: Imago, 1993, p.49).

¹³ Ibid., p. 34-35.

¹⁴ Ibid., p. 36.

¹⁵ GREIMAS, A. J., COURTÉS, J. *Dicionário de Semiótica*. São Paulo: Cultrix, 1979. p. 405.

das afirmações que fazemos ou dos significados que expressamos na língua, pois esta é um sistema social, não individual, preexistindo a nós, e não expressa apenas nossos pensamentos mais interiores e originais, ativa uma gama de significados que estão embutidos em nossos sistemas culturais.¹⁶

O quarto descentramento está relacionado ao trabalho do filósofo e historiador francês Michel Foucault, que produziu uma genealogia do sujeito moderno. Tem destaque em sua obra o chamado “poder disciplinar”, um novo tipo de poder, que se desdobra ao longo dos séculos XVIII e XIX, chegando ao ápice no início do século XXI. O objetivo do poder disciplinar é num primeiro momento regular e vigiar populações inteiras e, num segundo momento, do indivíduo e do corpo. Desenvolve-se em instituições que policiam e disciplinam, como oficinas, quartéis, escolas, prisões, hospitais.¹⁷

O quinto e último descentramento citado é o impacto do feminismo como crítica teórica e como movimento social. Este último vai subsidiar o presente artigo. Primeiramente, Hall ressalta ser o feminismo parte do grupo de novos movimentos sociais emergentes nos anos de 1960, designado por ele como grande marco da modernidade tardia. Cita as revoltas estudantis, os movimentos juvenis contraculturais e antibelicistas, as lutas pelos direitos civis, os movimentos revolucionários do “Terceiro Mundo”, entre outros.¹⁸

Entre as considerações importantes que Hall faz dos movimentos, está a afirmação de que cada movimento apelava para a identidade social de seus sustentadores.

Assim, o feminismo apelava às mulheres, a política sexual aos gays e lésbicas, as lutas raciais aos negros, o movimento antibelicista aos pacifistas, e assim por diante. Isso constitui o nascimento histórico do que veio a ser conhecido como a política de identidade – uma identidade para cada movimento.¹⁹

O feminismo teve uma relação mais direta com o descentramento conceitual do sujeito cartesiano e sociológico, de acordo com Hall²⁰, por vários motivos: com o *slogan*, “o pessoal é político”, questionou a clássica distinção entre o “público” e o “privado”; abriu para a contestação política novas arenas da vida social, como a família, a sexualidade, o

¹⁶ HALL. Op.cit., p. 40.

¹⁷ Ibid., p. 42.

¹⁸ Ibid., p. 44.

¹⁹ Ibid., p. 45.

²⁰ Ibid., p. 45-46.

trabalho doméstico, a divisão doméstica do trabalho, o cuidado com as crianças, entre outros; politizou a subjetividade, a identidade e o processo de identificação (homem/mulher, mães/pais, por exemplo); de movimento de contestação da posição social das mulheres, expandiu-se para incluir a formação das identidades sexuais e de gênero; além disso, questionou a noção de que mulheres e homens eram parte da mesma identidade, a “Humanidade”, substituindo-a pela questão da diferença sexual.

Com base na argumentação teórica de Hall sobre a chamada “crise de identidade”, descentramento, deslocamento ou fragmentação das tradicionais identidades que por tanto tempo estabilizaram o mundo social, cujo um dos descentramentos citados é o feminismo, partimos para uma descrição e reflexão sobre como os meios de comunicação típicos da indústria cultural produzem e reproduzem uma identidade feminina nos espaços de poder, no mundo da política, espaço histórico e culturalmente masculino, influenciando ou não na realidade de sub-representação político-eleitoral das mulheres, apesar da recente eleição da primeira mulher à Presidência do Brasil.

As manifestações feministas e a direito a votar e ser votada no Brasil

Sobre o feminismo, um dos descentramentos citados por Hall para a denominada “crise de identidade”, faz-se necessário tecer algumas linhas sobre os primórdios do movimento feminista no Brasil. Céli Regina Jardim Pinto²¹ cita três diferentes fases do feminismo no país. A primeira estava associada à luta das mulheres pelos direitos políticos através da participação eleitoral como candidatas e eleitoras nas primeiras décadas do século XX. Mas este feminismo estava intimamente relacionado a personalidades, como Bertha Lutz.²²

Mesmo quando apresentou algum grau de organização, esta derivava do esforço pessoal de alguma mulher que, por sua excepcionalidade, na maioria das vezes

²¹ PINTO, Céli Regina Jardim. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003, p. 13-15.

²² Nascida em São Paulo em 1894, Bertha Lutz foi pioneira das lutas feministas no Brasil. Estudou na Europa, onde teve contato com a campanha sufragista inglesa e licenciou-se em Ciências na França. Empenhou-se na luta pelo voto feminino no país e criou, em 1919, a Liga para a Emancipação Intelectual da Mulher, considerada uma prévia do que viria a ser a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, de reconhecida ação política feminina. Foi deputada federal, ao assumir a vaga deixada pelo titular falecido em 1936 (SCHUMAHER, S.; BRAZIL, E. vital (Org.). *Dicionário Mulheres do Brasil: de 1500 até a atualidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000, p. 105-11).

intelectual, rompia com os papéis para ela estabelecidos e se colocava no mundo público na defesa de novos direitos para as mulheres.²³

A autora denomina esta primeira fase de “bem-comportada”, pois “a luta pela inclusão não se apresenta como alteração das relações de gênero”,²⁴ seria apenas um complemento para o bom andamento da sociedade, as mulheres lutavam para ser incluídas como cidadãs sem mexer com a posição do homem. As demais fases são o feminismo difuso – tratou de uma maior gama de questões como educação feminina, sexualidade e dominação masculina, encabeçado por mulheres cultas e inseridas na vida pública – e o feminismo manifestado pelo movimento anarquista e posteriormente pelo Partido Comunista,²⁵ que tinha como questão central a exploração do trabalho, defendendo uma total liberação da mulher, liderado por mulheres trabalhadoras, intelectuais e militantes de movimentos de esquerda. Ambos não tinham preocupações com direitos políticos como na primeira vertente.²⁶

A luta pelo direito ao voto vinha do século XIX, quando mulheres solicitaram alistamento como eleitoras e candidatas de forma individual. A extensão do direito ao voto às mulheres foi discutida na Constituição republicana de 1891, mas o projeto não foi aprovado, apesar de não deixar claro também uma proibição.²⁷

A não-exclusão da mulher no texto constitucional não foi um mero esquecimento. A mulher não foi citada porque simplesmente não existia na cabeça dos constituintes como um indivíduo dotado de direitos. A Constituição estabeleceu que eram cidadãos brasileiros aqueles nascidos no Brasil, e eram eleitores os cidadãos brasileiros maiores de 21 anos. Conforme o senso comum da época, quando o legislador usou o substantivo ‘cidadão’ no masculino, não estava se referindo ao termo universal que abrange homens e mulheres, mas exclusivamente aos homens. Esta aparente falta de cuidado em não nominar a exclusão da mulher deriva também do senso comum da época: a evidência de uma natural exclusão da mulher, que para tanto não necessitava ser nem mesmo mencionada.²⁸

²³ PINTO. Op.cit., p. 14.

²⁴ Ibid., p. 14-15.

²⁵ Fundado em setembro de 1922, o Partido Comunista do Brasil (PCB) era uma organização política do proletariado, ligada aos ideais marxistas e cujo objetivo era transformar a sociedade capitalista em comunista por meio da revolução (COELHO, C. A. *A voz e a vez dos intelectuais em um partido de operários: PCB (1955-1964)*. 2007, p. 12).

²⁶ PINTO. Op.cit., p. 15.

²⁷ Ibid., p. 15-16.

²⁸ Ibid., p. 16.

Dessa forma, a lei abriu brechas para mulheres requererem alistamento bem antes da lei que garantiu o voto às mulheres em 1932.²⁹ No Rio Grande do Norte, esta luta foi iniciada por Julia Alves Barbosa e Celina Guimarães Viana. Celina se tornou a primeira eleitora do Brasil a partir de um parecer favorável concedido pela justiça local, em 25 de novembro de 1927, e Julia foi eleita para a Câmara Municipal de Natal.³⁰

A sub-representação das mulheres nos espaços da política eleitoral

Passadas as décadas, mesmo as mulheres sendo a maioria do eleitorado – 51,85%, cinco milhões a mais que os homens eleitores³¹ e sendo crescente sua participação e importância em todas as instâncias da vida social, a sub-representação feminina na política é uma realidade, apesar do crescente número de mulheres candidatas a partir da Constituinte de 1986 e gradativamente pela Lei de Cotas³² a partir de 1995, que estabeleceu 20% no mínimo das vagas de cada partido ou coligação para o preenchimento de candidaturas femininas. Segundo José Eustáquio Diniz Alves,³³ “as mulheres conquistaram a liberdade de escolha, mas não a liberdade de serem escolhidas”, dessa forma, “a participação de mulheres nas esferas institucionais que efetivamente possibilitam o exercício de poder é ainda muito baixa e inexpressiva”.³⁴

²⁹ A conquista do direito ao voto feminino no Brasil se deu a partir da promulgação do novo Código Eleitoral pelo então presidente Getúlio Vargas em fevereiro de 1932 (Decreto 21.076/32). Mesmo assim, somente as mulheres casadas, portando autorização dos maridos, ou as viúvas e solteiras com renda própria poderiam votar. Em 1934, a Assembleia Nacional Constituinte eliminou as restrições existentes, tornando o voto obrigatório apenas para as mulheres que exercessem algum tipo de função remunerada em cargos públicos. Somente com a Constituição de 1946 a obrigatoriedade plena do voto foi instituída (PINHEIRO, L. S. *Vozes femininas na política: uma análise sobre mulheres parlamentares no pós-Constituinte*. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2007, p. 59).

³⁰ PINTO. Op.cit., p. 25-27.

³¹ GOMES, Alessandra Soares Muniz. Especial: Eleições 2010 – eleições 2010 e a não observância da Lei de Cotas. *Revista do Observatório Brasil da Igualdade de Gênero*, Brasília, n.º 2, p. 8-16, 2010. p. 8.

³² Em 1995, foi aprovada a Lei 9.100/1995, garantindo que 20% no mínimo das vagas de cada partido ou coligação deveriam ser preenchidas por candidaturas de mulheres para as Câmaras Legislativas municipais. Em 1997, as cotas são estendidas para os demais cargos proporcionais. Também passaram a ser de no mínimo 30% e no máximo 70% para cada um dos sexos (PINHEIRO. Op. cit., p. 67 e 71). Diante do pouco impacto das cotas no aumento da representação de mulheres na política, uma minirreforma eleitoral aprovada em 2009 mudou a redação da Lei 9.504/1997. Alterou o verbo “reservar” trocando-o por “preencher” em referência às vagas em disputa nos partidos, definindo a obrigatoriedade no cumprimento das cotas. Mesmo com a mudança no texto, somente 17,3% dos partidos/coligações em todos os estados e no Distrito Federal alcançaram o percentual mínimo de 30% e máximo de 70% por sexo, contribuindo para a continuidade da sub-representação feminina (GOMES. Op. cit., p. 12).

³³ Alves, José Eustáquio Diniz. Mulheres sem espaço no poder. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, p. A3, 08 mar. 2009. p. 3.

³⁴ PINHEIRO, Luana Simões. Op. cit., p. 65.

Os dados das Eleições 2010 mostram que o país teve um recorde de mulheres candidatas à Presidência da República, Governos Estaduais, Senado, Câmaras Federal/Distrital e Estadual. Mesmo assim, em 03/10/2010, 20,378% das candidaturas eram femininas e 79,62% masculinas. Foram eleitas a primeira mulher presidenta do Brasil, 7,4% de governadoras, 16% de senadoras, 8,77% de deputadas federais e 12,93% de deputadas federais/distritais.³⁵ Excetuando o ineditismo e incontestável fato histórico da eleição de Dilma Rousseff, foi inexpressivo o aumento no percentual de eleitas para os demais cargos, sem contar no retrocesso nos governos estaduais, as governadoras passaram de quatro para apenas duas. Segundo dados mais atualizados da União Interparlamentar,³⁶ que mede a presença de mulheres no parlamento em 190 países, o Brasil ocupa atualmente a 120ª posição no ranking elaborado pela instituição que conta hoje com 144 posições. A posição brasileira fica muito aquém de países como Ruanda na África – o único a ter mais de 50% de mulheres no parlamento – e vizinhos latino-americanos, como Argentina (18ª posição) e Costa Rica (15ª posição), ambas nações também governadas por presidentas, Cristina Kirchner e Laura Chinchilla, respectivamente, além de Cuba (3ª), Equador (24ª) e Bolívia (42ª).³⁷ Como define Alves, o déficit democrático de gênero, o pouco espaço das mulheres nas instâncias de poder e o fato de a presença feminina na política formal não ser proporcional à importância que possuem na sociedade devem ser objetos de debate.³⁸

O problema da sub-representação não é uma exclusividade brasileira. Apesar de muitos países terem êxito na participação parlamentar feminina, o índice mundial de mulheres no parlamento é de 20%, segundo a União Interparlamentar,³⁹ percentual que cresce muito lentamente, estando distante dos almejados 30% fixados como meta há 16 anos, em 1995, durante a IV Conferência Mundial da Mulher⁴⁰ realizada na China. No atual

³⁵ GOMES. Op.cit., p. 8-12.

³⁶ Sediada na Suíça, é uma organização internacional dos parlamentos. Criada em 1889, trabalha pela paz e cooperação entre os povos visando o firme estabelecimento da democracia representativa. Disponível em <http://www.ipu.org/english/whatipu.htm>

³⁷ Dados disponíveis em <http://www.ipu.org/wmn-e/classif.htm>, acessado em 31/08/2012.

³⁸ ALVES. Op.cit., p. 3.

³⁹ Dados disponíveis em <http://www.ipu.org/wmn-e/world.htm>, acessado em 31/08/2012.

⁴⁰ A IV Conferência Mundial da Mulher, realizada em Beijing, na China, em 1995, aprovou a chamada Plataforma de Beijing, assinado pelo Brasil e outras 183 delegações estrangeiras. Nela, há um capítulo inteiro sobre a necessidade de uma participação equitativa da mulher na vida política, nos espaços de poder e decisão, uma exigência básica de justiça, democracia e condição necessária para que os interesses femininos sejam levados em consideração. No Brasil, a ação mais direta resultante da assinatura da Plataforma de

ritmo, a paridade de gênero nos legislativos nacionais e em todo o mundo irá demandar mais 40 anos, portanto, “para conquistar a igualdade real para as mulheres, precisamos continuar a trabalhar em prol do empoderamento político, econômico e social das mulheres”, lembra Helen Clark, administradora do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e ex-primeira ministra da Nova Zelândia.⁴¹

Os motivos para a sub-representação

Inúmeros são os empecilhos para maior inserção das mulheres na política. Entre eles podemos citar a difícil conciliação entre a vida pública e privada; as estruturas tradicionais das instituições e partidos políticos; a discriminação de gênero; a desigualdade na competição eleitoral; alguns tipos de sistemas eleitorais excludentes; o limitado acesso a recursos financeiros; a pouca oportunidade para formação política; os escassos estímulos e suporte das famílias e da sociedade para a participação política; a falta de políticas de conciliação e co-responsabilidade e a falta de uma cultura política com perspectiva de gênero. O movimento feminista defende, além de cotas, uma mudança no sistema eleitoral brasileiro, com listas fechadas com alternância de nomes femininos e masculinos e financiamento público de campanha, para aumentarem as chances de competição.⁴²

“Dos lugares proibidos, certamente o espaço da política é o mais claramente proibido e, por vias de consequência, o mais difícil de romper”, afirma Céli Pinto.⁴³ Um dos motivos para isso, segundo a autora, é o imenso poder pessoal adquirido pelos membros de parlamentos e governos, que apesar de não corresponder necessariamente ao real poder político obtido,

é fundamental na reprodução de ordens hierárquicas presentes na sociedade brasileira: de classe; de gênero; de etnia entre outras. As razões deste poder pessoal são complexas e têm como base a própria hierarquia da sociedade brasileira, que historicamente legitimou a desigualdade tanto dos mais pobres como dos mais ricos, tanto dos despoderados como dos poderosos (...) A entrada nestes espaços de *personas*, de grupos que forjam lugar no espaço público justamente desafiando esta ordem hierárquica, é freada de todas as maneiras.⁴⁴

Beijing foi a instituição de um sistema de cotas para as eleições proporcionais por meio de uma legislação específica (PINHEIRO. Op. cit., p. 66-67).

⁴¹ CLARK, Helen. Muitas barreiras a romper. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, p. A3, 08 mar. 2010. p. 3.

⁴² GOMES. Op.cit., p. 5.

⁴³ PINTO, Céli Regina Jardim. Mulher e Poder. *Revista do Observatório Brasil da Igualdade de Gênero*, Brasília, n. 1, p. 44-49, 2009. p. 46.

⁴⁴ Ibid.

Já para Luis Felipe Miguel,⁴⁵ o que está no cerne da subalternidade das mulheres, repercutindo fortemente na sua fraca presença na política institucional, é a divisão entre uma esfera doméstica “feminina” e uma esfera pública “masculina”.

Os padrões culturais e de socialização que constroem a política como espaço masculino inibem o surgimento da “ambição política” entre as mulheres e marcam como desviantes aquelas que rompem com isso. Por outro lado, as mulheres que permanecem na esfera doméstica dispõem de menos acesso às redes de socialização que impulsionam as carreiras políticas. E aquelas a quem se impõem uma rotina profissional e uma rotina dos cuidados domésticos dispõem também de menos tempo livre, que é um recurso fundamental para a participação política.⁴⁶

Meios de Comunicação, visibilidade e identidade femininas na política eleitoral

A questão da visibilidade na mídia, considerada crucial na política contemporânea para o sucesso de carreiras políticas, é, segundo Miguel,⁴⁷ um desafio a mais para as mulheres, pois “o viés da cobertura jornalística contribui para manter as mulheres em posição secundária”.

O noticiário político é um espaço masculino. As mulheres se encontram ainda mais sub-representadas nele do que no parlamento. Creio que há um processo de mão dupla. A mídia privilegia a cobertura dos ocupantes das posições centrais do campo político e, em particular, dos ocupantes de cargos institucionais. Como as mulheres estão em poucos ministérios, nunca participam das mesas diretoras do Congresso, raramente chegam à posição de líderes de bancada ou à presidência dos principais partidos etc., o noticiário passa ao largo delas. Por outro lado, os jornalistas, de ambos os sexos, também tendem a reproduzir a visão dominante da política como atividade masculina. Com isso, procuram prioritariamente homens como fonte de suas matérias e repercutem mais fortemente as propostas e declarações que partem deles.⁴⁸

Miguel não vê como norma na chamada “grande imprensa” um sexismo aberto, mas há expectativas sobre qual é o comportamento feminino na política, orientando o noticiário e reproduzindo percepções preconceituosas.

⁴⁵ MIGUEL, Luis Felipe. Entrevista. *Revista do Observatório Brasil da Igualdade de Gênero*, Brasília, n. 1, p. 31-35, 2009. p. 34.

⁴⁶ Ibid.

⁴⁷ Ibid., p. 32.

⁴⁸ Ibid.

A maior atenção dada à aparência física das candidatas é um exemplo. Se há um esforço para a adequação aos padrões dominantes, no vestuário ou com a realização de cirurgias plásticas, isto é frequentemente considerado uma demonstração de futilidade. Se não há, a “feminilidade” da candidata se torna questionável. Ao mesmo tempo, há a expectativa de que as mulheres na política privilegiem determinados temas, vinculados ao âmbito da família, da domesticidade e do “cuidar do outro”. E essa expectativa marca a presença das mulheres no noticiário: são esses os temas que demandariam mulheres como fontes, políticas ou especialistas. Por mais importantes que tais temas possam ser em si mesmos, eles estão associados a posições secundárias no campo político – por exemplo, uma pesquisa revelou que os deputados mais influentes, de ambos os sexos, concentram sua atuação em questões de economia e infraestrutura, não em educação, assistência social ou família, que são assuntos considerados “femininos”.⁴⁹

Entendendo a mídia como uma esfera de representação, a sobrevivência de estereótipos de gênero dificulta a ação política feminina e a visibilidade dessa ação no noticiário num processo que se retroalimenta. O âmbito considerado “próprio” para a política feminina, como as questões sociais, família, assistência social, meio ambiente, é também aquele que menos impulsiona as carreiras políticas, possuindo menor visibilidade na cobertura jornalística da política. Isso coloca a mulher diante de um dilema: “enfrentar os estereótipos, arcando com o ônus simbólico de assumir uma postura ‘desviante’, ou adequar-se a ele, entendendo que seu caminho para as posições centrais do campo político será mais longo, incerto e atribulado”.⁵⁰

Um exemplo do exposto acima pode ser verificado em pesquisa realizada ao longo de três semestres entre 2006 e 2007. Miguel e Biroli⁵¹ analisaram a representação feminina em três telejornais – “Jornal Nacional”, “Jornal da Band” e “SBT Repórter” – e três revistas semanais – “Veja”, “Época” e “Carta Capital”. Segundo os dados da pesquisa, o noticiário político trouxe um percentual menor de mulheres do que o já reduzido número que ocupam de cadeiras no parlamento. No noticiário geral das revistas, as personagens femininas somaram 19,5% e, quando se trata apenas do noticiário político, esse total foi reduzido para 10,1%.⁵² Nos telejornais, apenas 21,9% das personagens são mulheres⁵³ e, no noticiário

⁴⁹ Ibid., p. 33.

⁵⁰ MIGUEL, Luis Felipe, BIROLI, Flávia. *Gênero e política na mídia brasileira*. 2007. Disponível em: http://www.maismulheresnopoderbrasil.com.br/pdf/Executivo/gt_me-biroli.pdf . Acessado em: 20 jul. 2011. p. 1.

⁵¹ Ibid.

⁵² Ibid., p. 33.

⁵³ Ibid., p. 38.

político, para cada mulher que aparece, há seis homens.⁵⁴ Em ambos, revistas e telejornais, além das mulheres aparecerem em proporção muito menor que os homens, elas tendem a ser “populares”, ou seja, sua presença no noticiário político é apenas incidental. É uma reprodução acrítica do modelo sexista predominante no campo político que o noticiário acaba por reforçar, difundindo uma representação do mundo da política como restrita a poucos e quase exclusivamente masculina, reforçando preconceitos que afastam as mulheres da disputa eleitoral.⁵⁵

Além da confirmação das hierarquias vigentes, essa representação midiática, com as formas distintas de visibilidade que ela produz, funciona de maneira prospectiva, podendo diminuir as chances de que as mulheres já eleitas ou em cargos de poder se mantenham nesses cargos e as chances de que outras mulheres sejam reconhecidas pelo público/pelos eleitores como capazes e adequadas para a ocupação desses cargos no futuro. Esse reconhecimento, ou a ausência dele, teriam correlação com as variáveis socioeconômicas que indicam hierarquias de gênero claras na divisão de renda e nas posições ocupadas por homens e mulheres no mundo do trabalho, por exemplo. Considerando que são muitas as mediações e matizes, pode-se indicar uma correlação entre o menor reconhecimento, a menor ocupação de cargos de poder (inclusive eletivos) e a menor possibilidade de influenciar políticas públicas que poderiam ter efeitos sobre essas assimetrias e divisões.⁵⁶

Diante de todas as dificuldades enfrentadas para a entrada na política representativa, principalmente em virtude da mesma ser um espaço público historicamente relacionado ao masculino e os meios de comunicação terem uma centralidade no jogo político, reproduzindo acriticamente relações desiguais de gênero, as mulheres encontram-se em um dilema: entrar na vida pública pelo reforço a sua identidade feminina ou copiar um modelo masculino. Esta constatação leva a afirmação de que “o espaço político, por ser o mais masculino dos espaços, é onde a mulher mais aparece como mulher e mais necessita ser menos mulher para ser candidata e ser eleita”.⁵⁷

O espaço da política institucional representativa não é um espaço novo conquistado (como os Conselhos, Delegacias, Secretarias), mas o espaço do outro que tem de ser rompido, penetrado e transformado.⁵⁸

⁵⁴ Ibid., p. 40.

⁵⁵ Ibid., p. 45.

⁵⁶ Ibid., p. 20.

⁵⁷ PINTO, Céli Regina Jardim. Mulher e Poder. *Revista do Observatório Brasil da Igualdade de Gênero*, Brasília, n. 1, p. 44-49, 2009. p. 47.

⁵⁸ Ibid.

Mas, em suas pesquisas, Céli Pinto⁵⁹ tem observado que mesmo após as mulheres ultrapassarem as barreiras pessoais e partidárias, tornando-se candidatas, elas não enfatizam nem o fato óbvio de serem mulheres, representando uma novidade, nem articulam suas plataformas com destaque a temas presentes nas lutas feministas. É uma questão que a autora reputa como a própria ausência em si das mulheres na política.

Diante da visão de que existe um modelo universal e masculino de fazer política, isso cria uma representação relacionada a valores e comportamentos que excluem características socialmente atribuídas às mulheres, como docilidade e delicadeza.

Ao se dirigirem a espaços tipicamente masculinos, muitas mulheres acabam negando a condição de gênero que lhes foi atribuída por uma construção social e incorporam uma visão, também estereotipada, do homem no poder.⁶⁰

Adotando posturas mais agressivas e impositivas, no entanto, na tentativa de romper com tais posturas valorizadas como femininas, elas também são discriminadas, acusadas de serem masculinas, arrogantes e prepotentes.⁶¹

Conclusão

Diante de uma realidade de conquistas femininas, principalmente a partir de avanços dos movimentos feministas – as mulheres brasileiras representam a maioria da população, do eleitorado e quase a metade da população economicamente ativa – na esfera da política eleitoral, representativa, a presença delas está totalmente incompatível com suas conquistas históricas e importância na sociedade.

Entre as dificuldades de inserção no meio político, onde podem efetivamente transformar uma realidade desigual através de leis e políticas públicas, estão questões relacionadas à histórica divisão entre o mundo público e privado, o primeiro como sendo um espaço masculino por excelência, e relações desiguais de gênero.

Os meios de comunicação e a indústria cultural, como importantes espaços de representação e difusão de conteúdo simbólico, tendo o poder de determinar visibilidade e consequente valor público, conferindo capital político aos participantes e aspirantes a

⁵⁹ Ibid., p. 46.

⁶⁰ PINHEIRO. Op.cit., p. 184.

⁶¹ Ibid.

cargos eletivos e de poder, não têm historicamente contribuído para o empoderamento político e social das mulheres.

Até porque, como afirma Leandro Konder,⁶² produtos culturais simplificados, vulgarizados e amontoados acriticamente é o que a indústria cultural disponibiliza para a multidão. Os meios de comunicação de massa e a indústria de entretenimento representam um sistema que assegurou a sobrevivência do capitalismo e estão comprometidos com a preservação, reprodução e renovação do mesmo. E para isso precisa investir em formar um público consumidor de comportamento passivo e desprovido de espírito crítico.⁶³

A relação com o pensamento de Hall, sobre a “crise de identidade” e o descentramento do sujeito, cujo feminismo é uma das causas, está na percepção de que ao reforçar estereótipos de gênero, mesmo aparecendo como imparcial aos olhos do público, os meios de comunicação de massa e a indústria cultural contribuem para a fragmentação da identidade feminina. Quando a mulher deseja alcançar cargos públicos por meio de eleições e necessita de visibilidade para alcançar capital político – espécie de capital simbólico e reconhecimento de sua legitimidade para agir na política⁶⁴ – ela ao mesmo tempo precisa afirmar aspectos de feminilidade, como o maternalismo, e negar outros, como uma pretensa maior emotividade, entendida como fraqueza. Por outro lado, é cobrada para incorporar características tipicamente masculinas para ser respeitada, como determinação e posturas firmes, mas sem exceder os limites do que é esperado para atitudes femininas, para não ser taxada de arrogante.

Além disso, cobra-se da mulher uma postura mais feminina de fazer política, uma pretensa maior responsabilidade, moralidade e honestidade – criando uma visão essencialista da mulher. Segundo Miguel e Biroli,⁶⁵ esse véu de “superioridade moral” conferido às mulheres na política mascara a manutenção de uma subalternidade e, citando a cientista política Anne Phillips, afirma que o que existe, na realidade, “é a negação da mulher a possuir interesses próprios”.⁶⁶

A maior participação das mulheres na política institucional representativa se faz necessária, assim como outros grupos excluídos – negros, indígenas, idosos e jovens – para

⁶² KONDER, Leandro. *A Questão da ideologia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 85.

⁶³ *Ibid.*, p. 82.

⁶⁴ 2003 apud MIGUEL; PINHEIRO. *Op.cit.*, p. 44.

⁶⁵ MIGUEL, Luis Felipe, BIROLI, Flávia. *Op.cit.*, p. 25.

⁶⁶ 1991 apud MIGUEL, Luis Felipe, BIROLI, Flávia. *Op.cit.*, p. 25..

que as diferentes vozes da sociedade se façam ouvir no espaço público, avançando no processo democrático. Além disso, para os autores citados no parágrafo acima, está em jogo a possibilidade de se alcançar na esfera política o pluralismo de perspectivas que caracteriza as sociedades fragmentadas contemporâneas.

Apesar de Hall considerar que o feminismo teve uma relação mais direta com o descentramento conceitual do sujeito cartesiano e sociológico, com o *slogan* “o pessoal é político”, percebe-se que o questionamento entre a clássica distinção entre o “público” e o “privado” é extremamente atual.

Referências

ALMEIDA, Antónia Domingues de. *et al. Dicionário* breve de história. Lisboa: Editora Presença, 1996.

ALVES, José Eustáquio Diniz. Mulheres sem espaço no poder. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, p. A3, 08 mar. 2009.

BURGUIÈRE, André. *Dicionário das ciências históricas*. Rio de Janeiro: Imago, 1993.

CLARK, Helen. Muitas barreiras a romper. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, p. A3, 08 mar. 2010.

COELHO, Cíntia Araújo. *A voz e a vez dos intelectuais em um partido de operários: PCB (1955-1964)*. 2007. 39 f. Curso de História do Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora. Juiz de Fora.

GOMES, Alessandra Soares Muniz. Especial: Eleições 2010 – eleições 2010 e a não observância da Lei de Cotas. *Revista do Observatório Brasil da Igualdade de Gênero*, Brasília, n. 2, p. 8-16, 2010.

_____. Mulheres são maioria do eleitorado e destaque entre as candidaturas à Presidência e à Câmara Federal. *Jornal Mulier*, Juiz de Fora, n.º 80, p. 4-5, nov. 2010.

GREIMAS, A. J., COURTÉS, J. *Dicionário de Semiótica*. São Paulo: Cultrix, 1979.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Trad. Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro – 11ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

Inter-Parliamentary Union (<http://www.ipu.org>), acessado em 31/08/2012.

KONDER, Leandro. *A Questão da ideologia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

MIGUEL, Luis Felipe. Entrevista. *Revista do Observatório Brasil da Igualdade de Gênero*, Brasília, n.º 1, p. 31-35, 2009.

MIGUEL, Luis Felipe, BIROLI, Flávia. *Gênero e política na mídia brasileira*. 2007. Disponível em: http://www.maismulheresnoperbrasil.com.br/pdf/Executivo/gt_me-birolis.pdf. Acessado em: 20 jul. 2011.

PINHEIRO, Luana Simões. *Vozes femininas na política: uma análise sobre mulheres parlamentares no pós-Constituinte*. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2007.

PINTO, Céli Regina Jardim. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

_____. Mulher e Poder. *Revista do Observatório Brasil da Igualdade de Gênero*, Brasília, n. 1, p. 44-49, 2009.

SCHUMACHER, Schuma, BRAZIL, Érico Vital (Org.). *Dicionário Mulheres do Brasil: de 1500 até a atualidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2000.